Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br e
Tels. : 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br

MEIO AMBIENTE

Embora seja uma área rica em biodiversidade, o cartão-postal da cidade sofre com esgoto clandestino, excesso de embarcações, desmatamento e uso desordenado do território. Ambientalistas cobram mais atenção do poder público

Riscos à exploração do Lago Paranoá

» LARA COSTA
» LETÍCIA MOUHAMAD

Cartão-postal de Brasília, o Lago Paranoá é um dos espaços de lazer mais frequentados pelo brasiliense. Criado em 12 de setembro de 1956, o local também ajuda a amenizar o clima seco do Cerrado. Embora seja um ponto turístico com uma rica biodiversidade, o lago sofre com despejo de esgoto, excesso de embarcações, desmatamento e uso desordenado do território, conforme alertam especialistas ouvidos pelo Correio. Órgãos públicos, no entanto, chamam atenção para diretrizes em vigor relacionadas à proteção ambiental e ao monitoramento constante da qualidade da água.

Segundo o professor Reuber Brandão, do Departamento de Engenharia Florestal, da Universidade de Brasília (UnB), a combinação de forte demanda gerada pelo interesse econômico combinado à baixa capacidade de fiscalização ou regulamentação pelos setores responsáveis pela garantia de uso sustentável do recurso são fatores que alimentam a exploração desenfreada do espaço.

O doutor em ecologia afirma que o espaço se torna menos disponível à coletividade, atendendo mais aos interesses imobiliários privados, turísticos e de controle da mobilidade aos acessos, como estacionamentos pagos, por exemplo. "É provável que grande parte dos frequentadores sejam excluídos nos anos vindouros. Com isso, os papéis sociais e ambientais serão suprimidos, em detrimento do seu uso para a exploração meramente econômica", justifica.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh-DF) destaca que as questões ambientais são consideradas de forma estruturante nos instrumentos de planejamento urbano, apesar de reconhecer não haver um plano específico para o Lago Paranoá. "O Plano de Intervenção Urbana (PIU) do Lago Sul, que subsidiou as atualizações da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos) para a região, contemplou diretrizes relacionadas à proteção ambiental e ao ordenamento territorial", diz a pasta, em nota.

No entanto, o único artigo da Luos que menciona o Lago Paranoá determina que "para os lotes de equipamento público (EP na QL 20 e na QL 20/22), lindeiros ao Lago Paranoá, ambos na Região Administrativa do Lago Sul, somente é permitido o uso para atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental", descreve o texto.

Frequentadores do Lago Paranoá acreditam que, mesmo sendo um ponto turístico agradável, ainda há aspectos a serem melhorados. É o que pensa Wellington Lima Caldeira, 56 anos, mergulhador no local há, pelo menos, 15 anos. "Aqui é um espaço para acesso do povo, inclusive de pessoas de baixa renda. Mas acho que falta orientação do Poder Público quanto à questão da preservação ambiental. Isso abrange, por exemplo, o uso de lixeiras", comenta o servidor público.

Fauna e flora

Os maiores riscos relacionados à exploração desenfreada do Lago Paranoá são, segundo José Francisco Gonçalves, professor da UnB e especialista em ecologia aquática, os lançamentos de esgoto clandestino e da estação de tratamento da Companhia Ambiental de Saneamento do Distrito Federal (Caesb). "Mesmo com a gestão de qualidade da água, não é possível retirar todo o fósforo do esgoto. Isso leva a um processo de eutrofização", explica. O fenômeno, potencialmente degradante, ocorre como consequência do aumento da quantidade de nutrientes no ambiente aquático.

"A poluição por esgoto no Lago Paranoá vai acabar com peixes, insetos e algas verdes, afinal, poucas espécies vão ser capazes de sobreviver à ausência de oxigênio. Com isso, veremos a proliferação de cianobactérias, isto é, plantas aquáticas que ficam na superfície da água e formam aquela espécie de tapete. Devido a isso, o lago se tornará cada vez mais raso", detalha Gonçalves.

Aves e alguns mamíferos, como as capivaras, poderão ser impactadas por ruídos decorrentes da exploração do espaço, em especial, devido à movimentação frequente de embarcações — a frota náutica de Brasília é uma das maiores do país, com mais de 52.800 barcos e lanchas inscritos na Marinha do Brasil. "Animais sensíveis ao som vão se retirando, refugiando-se para lugares mais silenciosos", completa o especialista.

De acordo com a Caesb, a gestão da qualidade da água do Lago Paranoá é realizada de forma contínua e integrada, por meio de um programa permanente de monitoramento da bacia, responsável por avaliar regularmente as condições da água para recreação e contato direto. Dos 10 pontos fixos do lago, monitorados com análises microbiológicas, três apresentaram condição impróprias, conforme informações do Mapa de Balneabilidade do Lago Paranoá, da Companhia.

"O Lago Paranoá apresenta condições adequadas para múltiplos usos, como lazer, esportes náuticos e pesca, com trechos próprios para recreação e contato direto com a água. Por critérios técnicos e de segurança sanitária, os trechos localizados nas proximidades das Estações de Tratamento de Esgoto são classificados como permanentemente impróprios para banho, mesmo com o esgoto tratado em alto nível. A companhia atua de forma permanente na prevenção de lançamentos irregulares, no aprimoramento dos processos de tratamento e no fortalecimento das ações de saneamento", declara a Caesb, em nota.

Em relação à pesca no Lago Paranoá, a Secretaria do Meio Ambiente (Sema-DF) determinou como obrigatória a obtenção do Registro Geral de Pesca (RGP), para aquelas com finalidade esportiva ou amadora, para que a atividade seja praticada dentro da legalidade. O documento é emitido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Em Brasília, são 408 pessoas registradas.

A visitante Raíssa Araújo Gonçalves, 29, aponta que a falta de infraestrutura básica reflete diretamente na preservação. Ao observar o lixo espalhado, ela defende que a instalação de lixeiras seria um incentivo educativo. "Seria uma forma de estimular as pessoas a recolherem o próprio resíduo ao sair", comenta. Além disso, a massoterapeuta questiona práticas comuns no local, como a realização de churrascos, que podem degradar a área. "É um ambiente de uso coletivo, então, cuidar é obrigação de todos os frequentadores", acrescenta.

Lídia Pereira, 41, e Fagner Silva, 43, foram ao lago pela segunda vez. Mesmo aproveitando o tempo de lazer na orla, também acreditam que falta infraestrutura para os frequentadores, como instalação de mais lixeiras e banheiros. "É importante cuidar do meio ambiente para que as pessoas que estejam aqui fiquem à vontade, tranquilos em um dia agradável como hoje em pleno sábado", defende o mecânico de motos.

Nesse contexto, Lídia aponta para a importância de haver uma fiscalização mais rigorosa no espaço. "Por exemplo, se eu jogar o lixo no chão, tenho que receber uma correção sobre isso, alguma medida que me punisse", explica a assistente administrativa.

"Barreiras visuais"

Para Benny Schvasberg, arquiteto, urbanista e professor da UnB, o Lago Paranoá — cuja orla compõe os limites da escala bucólica da área tombada de Brasília — sempre demandou cuidados rigorosos do Poder Público devido a supervalorização imobiliária da região. O objetivo é evitar que a exploração desenfreada comprometa os aspectos arquitetônicos e paisagísticos do espaço.

Nesse contexto, Schvasberg destaca a importância do MasterPlan da Orla do Lago Paranoá, concurso público realizado em 2018. À época, o projeto vencedor estabeleceu diretrizes para o uso público da orla, priorizando parques lineares, livre acesso e a preservação de áreas verdes para conter o avanço de construções irregulares. Todavia, o especialista ressalta que tais medidas não são devidamente respeitadas.

"Se fossem valorizadas, essas diretrizes seriam importantes freios para uma exploração desordenada que pode impactar negativamente tanto em alturas quanto na volumetria e uso de edificações no Lago, criando barreiras físicas e visuais à paisagem do Conjunto Urbanístico a ser preservado", explica o doutor em sociologia urbana.

O urbanista também assinala outras alternativas fundamentais, como a observação criteriosa das orientações do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) e a fiscalização permanente. "A atuação da Secretaria DF Legal, somada à vigilância de moradores e usuários, são formas eficazes de evitar impactos negativos sob aspectos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos", diz Schvasberg.

Questionada sobre a implementação do MasterPlan da Orla do Lago Paranoá, a Seduh-DF informa que os estudos e propostas desenvolvidos para a área consideram as diretrizes apresentadas no âmbito do projeto de 2018, que seguem servindo como "referência conceitual" para as análises de planejamento urbano relacionadas à região.

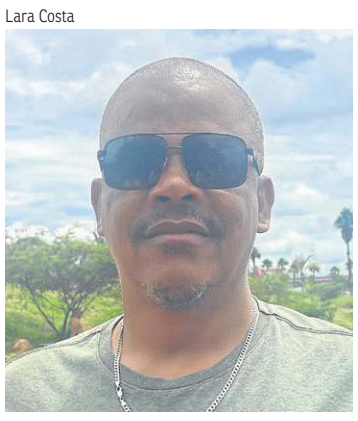
Em relação aos desafios ecológicos do lago, José Francisco Gonçalves pondera que, embora os impactos possam ser revertidos, a exploração das últimas décadas tem gerado processos de "difícil retorno às condições naturais". O especialista em ecologia aquática explica que a restauração plena só ocorrerá se o lago recuperar sua condição de "água oligotrófica, com baixos níveis de nitrogênio e fósforo", e reforça que, sem o controle químico e o fim do desmatamento nas margens, o equilíbrio ecológico total permanecerá distante.

Em nota, o Instituto Brasília Ambiental (Ibram) diz que, o uso do Lago Paranoá e da Área de Preservação Permanente (APP) está condicionado ao cumprimento de normas ambientais e legais, sob responsabilidade do próprio Ibram.

CARLOS VIEIRA

Ponto turístico de Brasília, o lago é um dos pontos de encontro do brasiliense, mas sofre com ameaças ambientais

Lara Costa



Fagner aponta, como desafio, a falta de estrutura para a população

Lara Costa

Wellington frequenta o Lago Paranoá há 15 anos

Lara Costa

Lídia: é importante cuidar do meio ambiente e dos frequentadores

Três perguntas para

José Francisco Gonçalves, professor do Departamento de Ecologia da UnB e especialista em ecologia aquática

Além do lixo visível, quais são os riscos dos resíduos químicos (combustível de lanchas, protetor solar, fertilizantes de jardins vizinhos) para a microfauna do lago?

A contaminação química do Lago Paranoá, agravada por microplásticos, metais pesados e agrotóxicos provenientes de áreas urbanas como o afluente do Riacho Fundo, compromete toda a cadeia trófica, afetando desde micro-organismos e moluscos até peixes, aves e capivaras. Esses poluentes acumulam-se no sedimento e retornam à coluna d'água por correntes ou ventos, elevando os níveis de fósforo e nitrogênio acima dos limites da Classe 2 da Resolução CONAMA 357. Tal degradação viola as premissas de segurança hídrica, tornando o uso da água para recreação e abastecimento tecnicamente proibitivo devido aos riscos à saúde humana e ao desequilíbrio do ecossistema.

Quais indicadores biológicos a população e o governo deveriam observar para saber se o lago está entrando em um processo de colapso? E o que esses agentes podem fazer para frear essa situação?

O lago enfrenta um processo de eutrofização artificial acelerado pelo descarte de esgoto e efluentes que despejam altas cargas de fósforo diariamente no sistema. Os sinais claros desse colapso ecológico incluem a mortandade de peixes, o surgimento de cianobactérias tóxicas e a proliferação descontrolada de plantas aquáticas, que indicam a perda de oxigênio e a degradação da qualidade da água. Para reverter esse quadro, são necessárias intervenções estruturais profundas, como o tratamento rigoroso das bacias afluentes, o combate a ligações clandestinas e a restauração da vegetação ciliar para recuperar a condição oligotrófica original do reservatório.

É possível conciliar o status de 'cartão-postal turístico' com a preservação rigorosa? Qual seria o modelo ideal de ocupação para o Paranoá?

A preservação rigorosa é o alicerce que sustenta o Lago Paranoá como cartão-postal, uma vez que o potencial turístico depende diretamente da balneabilidade e da qualidade estética das águas. A conciliação exige o cumprimento estrito das leis ambientais, incluindo a desocupação e o reflorestamento da faixa de preservação das margens (30 a 50 metros) e o controle rígido de resíduos sólidos e combustíveis de embarcações. O modelo ideal de ocupação deve priorizar o acesso público consciente e o incentivo a tecnologias limpas, transformando o turismo em um agente de fiscalização e cobrança por políticas governamentais que garantam a integridade do patrimônio ecológico de Brasília.